

Ata da Reunião Ordinária do dia 27 de abril de 2026, às 17:30hs, realizada na sala do Conselho Municipal de Saúde, conforme Edital de Convocação. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Pedro Reimburg, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, em especial dos convidados Sra. Fernanda Santos Carvalho Xavier, representante da Secretaria de Administração, Sra. Elizangela Drumond, Sr. Luís Flávio, Sra. Rafaela Feitosa da Conceição, Sr. Francisco da Silva Ferreira, Sr. Claudinei Silva da Conceição, Sra. Rosiele Vasconcelos da Silva Conceição e Sr. Luiz Roberto, e pediu autorização para gravar a reunião, que foi aceito por todos, após convidou a oficial administrativa Marcelle Castro, para presidir os trabalhos, que iniciou com o **Item 01 - Verificação de presença e existência de "quórum" qualificado para instalação do Colegiado Pleno**, que contou com a presença de 12 (doze) conselheiros, sendo 08 (oito) titulares: Sr. Manoel Jesus, Sra. Lorrayne Souza, Sra. Bárbara Alves, Sr. Pedro Reimburg, Sr. Leonardo Pereira, Sr. Antônio Jorge, Sra. Sueli Lima e Sra. Mariana Brito; e 05 (cinco) suplentes: Sr. Jhonata Pablo Araújo, Sra. Ana Clara Viegas, Sra. Mary Lane Madureira, Sra. Rosa Osório e Sr. Felipe Peçanha, tendo o número de conselheiros necessários para iniciar a reunião. O conselheiro Sr. Antônio Jorge diz: Queria fazer uma observação, mas do que nunca hoje, a gente precisa voltar lá para a câmara. Porque você vê aqui não temos espaço para todo mundo. E lá na câmara a gente tinha aquele espaço e microfone, uma vantagem; normalmente já é gravado quando a gente pedia. Nós somos do tempo que era usado lá. A noite era muito mais prático para todos nós, era mais confortável. Então mais uma vez, eu venho reivindicando isso, até porque aquilo lá é nosso. É de todos nós. A casa é nossa. O presidente do conselho, Sr. Pedro Reimburg responde: Com certeza Jorge. A ideia de levar para a Câmara é bem-vindo e vamos propiciar isso aí. O Conselho está aumentando mais e as pessoas estão tendo bastante participação da população e é muito importante. Sem mais, passa para o **Item 2 - Leitura e aprovação de ata** da reunião ordinária do dia 30 de março de 2026, o presidente pergunta se todos receberam a ata e se havia alguma dúvida, não havendo questionamentos foi colocada em votação onde foi aprovada pela maioria com 01 (uma) abstenção, passando para o **Item 3 - Despacho e Expediente**, o presidente perguntou se todos receberam os ofícios e e-mail e se há alguma dúvida, sem questionamentos, passa para o **Item 4 - Ordem do Dia: 4.1 - Convida a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público para informações sobre o desenvolvimento do edital do concurso**; O presidente do CMS apresenta a Sra. Fernanda Santos Carvalho Xavier, representante da Secretaria de Administração, que inicia: Boa noite já, para todo mundo. O concurso está em fase de elaboração da lei, já foi elaborada, já foi feita a mensagem, está aguardando a prefeita para ela assinar e mandar para a Câmara para eles aprovarem. E já também já está fazendo a elaboração do processo de licitação para a contratação da banca, ele está em processo de envias de iniciar, está dentro do prazo que a gente fez um cronograma do Ministério Público e a gente está dentro do prazo que o Ministério Público elaborou, então já fez a lei, só não foi para a Câmara ainda porque está aguardando a prefeita. Já foi para o gabinete para ela poder assinar e mandar para a Câmara. Já foi feito o levantamento, o desconto, tudo direitinho. O conselheiro Sr. Antônio Jorge, pergunta se o concurso faz parte das metas para 2026, já que implicará em gastos. A Sra. Fernanda responde: Sim, mas provavelmente ele deve ocorrer em 2027. O cronograma, vai ser elaborado, ele deve ocorrer em 2027. O presidente do CMS destaca que o concurso não pode ocorrer em 2026 em virtude das eleições, que o edital pode ser publicado até o fim do ano, mas não a realização do concurso. A conselheira Sra. Ana Clara Viegas, pergunta sobre o levantamento de vagas necessárias. A Sra. Fernanda responde: Então, enquanto o órgão administrador, a gente mandou memorando para todas as secretarias, solicitando quantitativo, porque cada secretaria sabe da sua demanda e do que depende, né? Então, cada um tem o seu quantitativo. E em cima disso que a gente vai fazer o quantitativo do edital. A conselheira Sra. Ana Clara questiona se teria esse quantitativo, e a Sra. Fernanda diz: Não, não tem isso. Ele vai ser divulgado futuramente. Está na parte da elaboração. Eu também não tenho autorização para trazer todas as coisas que ficam antes disso. A Sra. Ana Clara declara: É uma preocupação que essas vagas ofertadas para concurso não sejam adequadas para a demanda que o município precise. A Sra. Fernanda informa: Ficou a critério de cada secretaria fazer o levantamento. Cada secretaria vê quanto que precisa para colocar o levantamento, colocar no edital. Não sei se a gente pode colocar uma quantidade mínima e cadastro de reserva. O quantitativo eu não tenho como divulgar ele antes de

que a lei vá para a Câmara. A Câmara tem que aprovar primeiro, para a gente poder falar sobre o que está dentro da lei. Não posso adiantar o que está lá. O conselheiro Sr. Pedro Reimburg destaca: Como foi dividido para cada secretaria informar o quantitativo necessário de cada cargo, e quais cargos, cabe ao pessoal cobrar aos chefes de setores e aos secretários para que as vagas sejam abertas. O conselheiro Sr. Antônio Jorge diz: Até porque a gente precisa ser notificado desse quantitativo de vaga para poder autorizar. O conselheiro Sr. Manoel Jesus questiona: Presidente, não pode fazer o concurso público, mas pode contratar? Fazer a contratação em Período político? O presidente do conselho responde: Que eu saiba, não na época da política, três meses antes das eleições só. A Sra. Fernanda complementa: Desculpa! Somente cargos essenciais, de urgência. Se a saúde, por exemplo, precisar. A conselheira Sra. Mariana pergunta sobre o quantitativo dos profissionais para complementar o quadro de funcionários da nova UPA, se eles entram nessas vagas do concurso. A Sra. Fernanda informa: Geralmente quando faz concurso, por mais que a gente coloque lá 100 vagas, a demanda é muito grande, e tem muita gente que faz a prova. Então, se tiver 500 pessoas e precisar, vai chamar. Ele tem uma demanda em consideração, mas assim como no outro concurso também, tinha muitas vagas que foram chamando, preencheram as vagas, mas teve necessidade de ir chamando o restante. A gente está atendendo o que o Ministério Público pediu, porque está fazendo o processo seletivo. O conselheiro Sr. Felipe questiona: Uma pergunta importante, pertinente. A gente fala muito aqui no município sobre a questão do plano de cargos e salários, sobre estar há muitos anos defasado. Já está sendo visto isso em relação até ao concurso público? Porque, na verdade, a gente lançava o mesmo concurso público com a ideia de um cargos e salários muito defasado e a gente não conseguia atrair, por exemplo, o profissional médico. Hoje a gente está com uma defasagem de 3 ou 4 neurologistas. A gente não consegue contratação porque o salário para o município é muito aquém. Já está sendo visto, não está sendo visto? A Sra. Fernanda responde: Então a gente fez um levantamento e enviou para a procuradoria, e eles que estão analisando a lei verificando exatamente isso, porque geralmente tem as classes, e as classes estão cobrando que sejam feitos de acordo com cada classe. E aí eles estão fazendo esse levantamento, mas como eles já terminaram, nós fizemos a lei e mandamos para ele como eles já analisaram e elaboraram o projeto então provavelmente eles já adequaram isso, e aí eu não sei se todas as classes estarão contempladas ali, se vão estar todos os cargos na lei, eu ainda não tenho essa resposta para dar para vocês se todos vão estar ali, então eu não sei se todos os cargos estão ali ou se vão, alguma vai ser terceirizada, não sei. A conselheira Sra. Ana Clara indaga: Então você também não saberia responder se haverá criação de cargos. Exemplo, nós não temos dentista 40 horas no município, assim como também não temos técnico em saúde bucal 24 horas na UPA. A Sra. Fernanda declara: Eu não tenho como te dizer com total clareza, mas eu sei que estavam vendo a parte do dentista exatamente por conta desse problema. Não só do dentista, mas de outros médicos também. Tentar resolver por quê. Porque quando a gente faz esse concurso, a gente tem que fazer um levantamento e dizer o impacto orçamentário para o município então não adianta a gente fazer um concurso ao qual a gente não vai poder pagar o salário das pessoas, então tem que fazer um levantamento e tentar fazer um equilíbrio para dar para todo mundo para atender todas as demandas, porque a gente precisa do funcionário precisa, mas às vezes a gente não tem orçamento para pagar também. A conselheira Sra. Ana Clara destaca: Mas está havendo também um impacto na população de Araruama, porque depois das 5 horas o dentista, ele opta por não fazer extração porque não tem um auxiliar com ele. E aí o outro profissional chega pela manhã, encontra o instrumental todo infectado e tem que passar por todo aquele processo de esterilização. E quem chega de manhã morrendo de dor, às vezes se chega às sete horas da manhã, é atendido, sei lá, dez horas, nove horas. Então isso está impactando a população. A Sra. Fernanda ressalta: Mas aí essa parte é da Secretaria de Saúde, uma equipe da saúde que deveria comunicar que precisa urgente, disso, disso, disso aqui na secretaria. Eu vi o levantamento de alguns médicos, de dentistas sim, mas eu não sei se vai atender exatamente a demanda que você apresentou. A conselheira Sra. Mariana solicita: Seria bom colocar em ata para chamar o coordenador de odontologia porque ainda está em tempo, se a pessoa não colocou essa necessidade, de ser lembrado que existe essa necessidade. O conselheiro Sr. An-

tônio Jorge destaca que o piso salarial de cada categoria deveria ser respeitado. Sem mais questionamentos, passa para o **Item 4.2 - Convida a Coordenadora da Saúde Mental para informar o progresso da implementação do CAPS de São Vicente e do CAPS AD, conforme PAS 2026**. O presidente do conselho diz: a Sra. Selma, que é do CAPS, responsável, e o secretário, estão em uma reunião no Ministério Público, então não conseguem chegar a tempo para a nossa reunião, caso eles não cheguem a tempo, a gente vai botar o assunto do CAPS para a próxima reunião, que é um assunto de suma importância, é a construção do CAPS, e que está dentro do plano. A conselheira Sra. Mary Lane, informa: O secretário e a Sra. Selma estão desde cedo em audiência com o Ministério Público para tratar de casos dos pacientes de transtorno de saúde mental do município, requer uma atenção junto à política pública de cuidado de saúde, e a Selma é uma pessoa que realmente não pode não aparecer então eu acho que é pertinente sim ter ela enquanto coordenadora da área para estar fazendo esse esclarecimento, como o senhor Pedro falou, e a gente aqui do Conselho sabe, existe essa projeção no plano municipal de saúde de 2026 a 2029 e na programação anual de saúde de 2026. Eu acho pertinente, já que ela não vem, concordo com a fala do presidente, para a gente botar essa pauta para a próxima reunião. Com a concordância de todos, passa para o **Item 5 – Assuntos Gerais**, O presidente do conselho, Sr. Pedro Reimburg começa informando sobre a UPA 03: No mês passado nós convocamos a secretária de obra que viesse fazer essa apresentação para gente, isso não ocorreu. Ela veio, falou que está sendo elaborado, mas não apresentou o projeto não. Passei para o secretário que informou que não tem nada certo ainda. Para minha surpresa, sábado e botaram a placa “Nova instalação da UPA”. Então tem que passar pelo conselho. E nós vamos cobrar. Amanhã já vai o ofício para ele com cópia para quem é de direito. É para apresentar o projeto ao conselho. Porque isso se chama respeito. Pois se tem placa, existe algum projeto, e deveria estar informando o valor da obra, datas e demais informações. A Sra. Elizangela complementa: Até porque na reunião anterior, ela falou que já tinham feito até, inclusive, o mapeamento do solo que já estava definido e não tinha placa. O presidente, Sr. Pedro declara: Então a questão da UPA, a gente vai mandar o ofício, cobrando o projeto da UPA. Outro ponto é a reforma do postinho de Ponte dos Leites, que está sendo reformado. A fiscalização ia lá na semana passada, mas não foi possível. Está ficando bonitinho e tal, mas não apresentaram nada ao conselho, mas foi o conselho que exigiu que melhorasse aquela situação. Foi feita uma fiscalização e levantou as necessidades que deveriam ser feitas. Mais uma informação é que nós temos uma reunião marcada com o Ministério Público para o dia 6 de junho, antes a gente vai expor várias situações do Conselho, da questão de prestação de conta, da questão das necessidades do Conselho, das obras que estão sendo feitas. Então, o, inclusive, o Dr. André, o procurador, ele já está ciente de tudo isso, até porque foi através da Litorânea que foi pedido essa reunião, a gente fez um relatório com tudo, conforme eu passei para vocês na passada, e ele vai chamar, inclusive, o secretário para estar presente nessa reunião, para dar o esclarecimento. Prestação de contas 2025, continua ainda tudo parado, não foi passado nada para a gente. Vieram aqui, fizeram reunião e tal, mas cadê a assessoria contábil? Cadê o contador? Cadê a documentação? Não vieram, a gente já notificou todo mundo que é de direito, sobre a prestação de conta, e tão logo a gente vai fazer uma reunião, isso não aconteceu até porque o prazo já findou. Hoje o que a gente pode fazer é o relatório para poder inserir, mas a gente vai fazer uma reunião mais para frente porque o importante a gente já fez, foi fazer a solicitação. Outro ponto, no dia 10, eu fui chamado para uma reunião na Sobara, pela Sra Rosiane, e lá foram reivindicadas várias coisas que já foram reivindicadas ao Conselho antes. A gente fez a pré-conferência no ano passado, a questão da salineira, a questão do médico, a questão de melhoria na clínica, a questão das estradas, e então a gente já encaminhou o ofício para o secretário de transporte, e junto para salineira na quinta-feira vai ter uma reunião com eles aqui, o que eles podem fazer para poder solucionar o problema do ônibus lá. Mas o que a gente tem a ver com ônibus? Se você não tem condução então como é que você vai ter acesso à saúde? Fizeram um serviço lá, e não ficou um serviço bem feito, eu acho que a pavimentação, eu acho que vai demorar muito, mas eu acho que quando a gente faz um bom patrolamento, a rua fica seis meses em boas

condições. Nós temos em São Vicente, que a gente vai fazer também uma reunião com o seu Paulo Seco, que agora é o novo secretário de Serviço Público, que será na outra semana, que a gente vai falar justamente sobre a estrada, a questão da manutenção da estrada. E tem que ter uma boa manutenção, eles sofrem muito bastante com isso lá. Questão de condução para eles, questão de ambulância. É um sofrimento diário. E eles lá estão praticamente isolados, estão lá no cantinho. Então a gente precisa desse apoio. A conselheira Sra. Ana Clara ressalta: É muita gente reclamando disso há anos. E sempre bate na mesma coisa é transporte, é o direito constitucional, primitivo, que é o direito de ir e vir. Está em uma das primeiras linhas. O conselheiro Sr. Antônio Jorge informa: Mas esse problema não é só de lá, porque muitos lugares por aí, quem está em casa não sai e quem está fora não entra por causa da água. Quando eu trabalhava no INEA, a gente foi fazer um bocado de fiscalização, e ali tinha rio que dava para montar uma casa inteirinha. Tinha geladeira, uma série de coisas. E ali, perto do rio Salgado, em Paraty, o pessoal, em dia de chuva, fica preso e o corpo de bombeiro foi pegá-los no telhado, para você ver que o quanto ele enchia. O presidente Sr. Pedro prossegue: A questão das ambulâncias. Já passei para vocês no ano passado, que tem uma cotação para 14 ambulâncias, sendo seis de um tipo, seis de outro e dois mais sofisticados. Perguntei ao secretário, segundo ele, está em fase de assinar esse contrato, vai ser tudo contratado, terceirizado. Bom, referente à peça orçamentária do Conselho para 2027, a gente já está trabalhando em cima dela a gente vai colocar tudo bem explicadinho para trazer para vocês para gente votar na reunião extraordinária. A questão das quatro ambulâncias que chegou da SAMU, elas estão atendendo a saúde, mas a central da SAMU ainda não foi construída, ela ia ser feita em Arraial do Cabo, passou pra São Pedro Aldeia, passou pra Saquarema, agora voltou. Falta de planejamento, mas é do Estado. Mas que bom que eles liberaram as ambulâncias que a gente está usando. Porque as ambulâncias do município, gente, é por Deus que elas estão rodando. Que é vergonhoso. Nós temos um orçamento só para saúde de 2026 de 220 milhões. Então, a gente tem condições de botar as coisas em dia. Basta a gente querer. Sem mais, o presidente agradece a presença de todos e a contribuição dos conselheiros e dá por encerrada a reunião.

Pedro Reimburg
Presidente CMS/AR

Marcele da Silva Castro
Of. Administrativo